§ único. A distribuição d'este acréscimo pelos diversos tipos de moeda de prata será regulada pelas conveniências da circulação e do fabrico.

Art. 3.º Fica expressamente proibida a exportação de moeda de prata, tanto do continente como das ilhas adjacentes, qualquer que seja o seu destino. O Governo poderá no entanto autorizar a saída dessa moeda do continente da República para as ilhas adjacentes ou inversamente, e ainda para as colónias.

§ único. A proibição constante d'este artigo não abrange a quantia máxima de 50\$, de que a cada viajante será lícito fazer-se acompanhar na saída do continente ou ilhas adjacentes.

Art. 4.º Durante o estado de guerra com a Alemanha, os réus de crimes previstos nos artigos 206.º a 211.º do Código Penal serão punidos com as penas aí declaradas, ou as correspondentes dos Códigos de Justiça Militar ou da Armada; e ficam sujeitos à jurisdição militar, nos termos do artigo 133.º do Código do Processo Criminal Militar.

Art. 5.º A isenção de direitos aduaneiros, concedida pela cláusula 13.ª do contrato de 30 de Novembro de 1901 entre o Governo e o Banco Nacional Ultramarino, é extensiva às transferências de moeda nacional de prata, vinda de território estrangeiro para agências e filiais do mesmo Banco nas colónias portuguesas.

Art. 6.º A autorização concedida ao Banco Nacional Ultramarino, pelo artigo 1.º do decreto n.º 1:001, de 2 de Novembro de 1914, poderá, por despacho do Ministro das Colónias, ser ampliada às províncias de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe.

Art. 7.º O serviço de emissão de bilhetes do Tesouro de dívida flutuante interna é alargado a todas as capitais de distrito do continente da República, observando-se as instruções, que oportunamente forem expedidas pela Direcção Geral da Fazenda Pública.

Art. 8.º É criada na 1.ª Repartição da referida Direcção Geral uma secção dirigida por um primeiro official e especialmente encarregada da superintendência dos negócios da Agência Financial do Governo no Rio de Janeiro e da compra ou venda eventual de cambiais de conta do Tesouro.

Art. 9.º A secção de que trata o artigo antecedente poderá, de acôrdo com o Banco de Portugal ou outros estabelecimentos, realizar operações de câmbio, ficando, porém, cada operação dependente da aprovação especial do Ministro das Finanças.

Art. 10.º Os saques sobre o estrangeiro, de conta do Tesouro, são declarados isentos de selo, bem como as cambiais que forem tomadas pela secção cambial.

Art. 11.º Os estabelecimentos bancários de Lisboa e Porto darão conta diária à secção cambial dos preços a que efectuaram nesse dia as vendas de câmbio, à vista e a prazo; e, quando assim lhes fôr especialmente requisitado, a nota da soma de cambiais em carteira, dos saldos globais devedores ou credores de cada uma das suas agências fora do país, e ainda das disponibilidades nessas agências ou noutros correspondentes.

Art. 12.º Provisoriamente a Agência Financial do Rio de Janeiro passa a ser dirigida por um primeiro official da Direcção Geral da Fazenda Pública, em comissão e percebendo apenas, como vencimento de categoria, importância correspondente à categoria dos primeiros officiais do quadro respectivo.

§ 1.º O actual agente financeiro no Rio de Janeiro será nomeado chefe da secção cambial, preenchendo no quadro a vaga do primeiro official que fôr nomeado para a Agência, com os vencimentos e regalias correspondentes.

§ 2.º Será transferida de cada uma das verbas inscritas no artigo 36.º do capitulo 8.º da tabela de distribuição das despesas do Ministério das Finanças para o artigo 31.º do mesmo capitulo, a quantia de 100\$, para

complemento dos vencimentos de categoria do agente financeiro e do secretário da Agência.

Art. 13.º Para auxiliar o desempenho dos serviços atribuídos pelo presente decreto à Direcção Geral da Fazenda Pública é nela provisoriamente criado um quadro de oito praticantes, com o vencimento mensal de 363.

§ 1.º Nesse quadro serão colocados os cinco indivíduos que, como praticantes, estão já admitidos nas Repartições da Direcção Geral da Fazenda Pública, desde que tenham servido com competência e zelo superiormente atestados.

§ 2.º Os restantes lugares e as vacaturas que se vierem a dar nesse quadro serão preenchidos por concurso documental, preferindo, segundo as respectivas habilitações, os indivíduos que tiverem praticado na Agência Financial, nalguma repartição ou dependência do Ministério das Finanças, ou que estiverem reconhecidos como revolucionários civis.

§ 3.º Aos praticantes d'este quadro é garantida a colocação nas vagas de terceiro official no quadro da Direcção Geral da Fazenda Pública, desde que, possuindo as habilitações exigidas pela alínea d) do § 1.º do artigo 24.º da organização de 30 de Junho de 1898, tenham prestado bom e assíduo serviço. Se o serviço prestado não fôr assim classificado, serão os praticantes dispensados e preenchidas por outros as respectivas vagas.

Art. 14.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Julho de 1916.—BERNARDINO MACHADO—
António José de Almeida — Luis Pinto de Mesquita Carvalho — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — Vítor Hugo de Azevedo Coutinho — Francisco José Fernandes Costa — Joaquim Pedro Martins — António Maria da Silva.

Direcção Geral das Alfândegas

DECRETO N.º 2:512

Havendo-se reconhecido a conveniência de serem modificadas, em parte, as disposições que regulam a prestação das provas nos concursos para ingresso nas diversas classes do quadro geral aduaneiro, constantes das instruções aprovadas por decreto de 21 de Dezembro de 1912;

Tendo em vista o que já foi estabelecido por decreto n.º 2:179, de 13 de Janeiro último, com respeito ao prazo para prestação das provas escritas no concurso para lugares de chefes de serviço; e

Conformando-me com a proposta do Ministro das Finanças, baseada em parecer do Conselho da Direcção Geral das Alfândegas:

Hei por bem, nos termos do § único do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 1, de 27 de Maio de 1911, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As provas escritas nos concursos para lugares de sub-inspectores e de inspectores do quadro geral aduaneiro serão prestadas, do mesmo modo que nos concursos para lugares de chefes de serviço, no prazo máximo de seis horas e entregues, depois de assinadas, ao presidente do júri.

Art. 2.º A cada uma das provas, nos concursos para lugares de sub inspectores, de inspectores e de chefes de serviço, será dada a média dos valores que, de 0 a 20, lhe forem atribuídos por cada vogal do júri, publicando-se, antes das provas orais, a valorização das provas escritas.

A todos os concorrentes aos lugares de que trata o artigo antecedente é facultada a admissão às provas orais, seja qual fôr a valorização das provas escritas.

Art. 4.º A média da valorização de ambas as provas determinará a classificação final dos concorrentes, que

será de *suficiente* quando de 10 a 14 valores, *exclusive*, de *bom* quando de 14 a 18 *exclusive* e de *muito bom* quando de 18 a 20.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 15 de Julho de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *António José de Almeida*.

Secretaria da Guarda Fiscal

DECRETO N.º 2:513

Atendendo ao elevado número de praças da guarda fiscal que se acham no gozo de licenças sucessivas da Junta, por períodos de noventa dias, e não tem sido julgadas incapazes por ser conhecida a falta de verba para reformas, prejudicando-se assim não só as restantes praças, pela privação das folgas que lhes são necessárias, mas principalmente o Estado, sobrecarregado com um excesso de despesas de transportes e outros abonos a praças, que não prestam serviço efectivo;

Atendendo ainda a que existe na mesma guarda um grande número de praças classificadas para o serviço moderado, em prejuízo das outras praças a quem incumbe todo o serviço geral;

Considerando que se torna necessário adoptar para o futuro algumas medidas concernentes àquelas situações e nas quais sejam devidamente conjugados os interesses do Estado com os das praças;

Considerando que o máximo aproveitamento dos serviços da guarda fiscal importa não só à manutenção das receitas do Estado, pela intervenção que lhe compete, sobretudo, na fiscalização e cobrança dos impostos indirectos, mas até os supremos interesses da defesa nacional;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, e visto o Conselho de Ministros e usando da autorização concedida pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e 491, de 12 de Março de 1916, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Todas as praças que se acham actualmente classificadas para «serviço moderado», e aquelas que à data deste decreto, gozarem já sucessivas licenças da junta, de noventa dias, serão submetidas a uma junta superior de saúde, denominada junta de revisão, composta do chefe da Secretaria da guarda fiscal no Ministério das Finanças, que servirá de presidente, de um capitão em serviço na guarda fiscal, que servirá de secretário, e dois dos médicos que constituem a junta de saúde do mesmo Ministério.

Art. 2.º As praças que forem julgadas incapazes de todo o serviço pela junta a que se refero o artigo antecedente irão sendo desde logo reformadas pela verba resultante dos 10 por cento de que trata o artigo 17.º da lei orçamental n.º 220 de 30 de Junho de 1914 e pela verba total de vacaturas no pessoal inactivo, que se tenham dado ou vierem a dar no corrente ano económico e nos seguintes até a reforma de todas as praças que assim tiverem sido julgadas.

Art. 3.º A secretaria da guarda fiscal formulará dentro do prazo de um mês uma tabela de lugares que devem ser desempenhados por praças que não possam prestar todo o serviço, depois do que só poderão ser colocadas nesta situação, havendo vaga, as praças que tiverem não menos de vinte anos de serviço fiscal e forem para isso indicadas pelos comandantes das respectivas companhias em propostas, que serão enviadas pelas vias competentes à mesma secretaria.

§ único. É expressamente proibido empregar, nos lugares de serviço moderado, praças do serviço activo e vice-versa.

Art. 4.º Só às praças que regressem do ultramar podem ser concedidos de uma vez noventa dias de licença da Junta. Fora deste caso, as Juntas só concederão igual

licença por motivos especiais expressamente declarados no respectivo parecer, o qual só produz efeitos depois de confirmado superiormente.

Art. 5.º O tempo de licença registada e o de licença da Junta, superiores a sessenta dias, concedidos de futuro às praças, em cada ano civil, não serão contados para efeitos de reforma.

Art. 6.º As praças que completarem cento e oitenta dias de licença da Junta seguidamente, ou dentro de um ano civil, passam a perceber 80 por cento do seu ordenado, enquanto permanecerem na mesma situação.

Art. 7.º Os comandantes das circunscrições ou das companhias das ilhas poderão conceder às praças sob suas ordens, até vinte dias de licença sem perda de vencimento em cada ano civil, nos termos do § 4.º do artigo 63.º do decreto n.º 4, de 27 de Setembro de 1894.

Art. 8.º Fica proibido o emprego de praças em serviços estranhos aos da guarda fiscal, salvo disposição de lei ou regulamento que o autorize.

§ único. Os comandantes das unidades da guarda fiscal serão disciplinarmente responsáveis pela falta de observância deste artigo.

Art. 9.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 15 de Julho de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *António José de Almeida*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

2.ª Secção

Rectificações à portaria n.º 710 e programas anexos, publicados no «Diário do Governo» n.º 138, de 11 do corrente mês

Na 1.ª coluna, a p. 681, linha 34, onde se lê: «Torpedos o electricidade, e guardas-marinhas maquinistas», deve ler-se: «Torpedos e electricidade, e guardas-marinhas maquinistas e segundos tenentes maquinistas».

Na 1.ª coluna da p. 682, linha 42, onde se lê: «ângulo de saimento regulados», deve ler-se: «ângulo de caimento regulados», e na linha 50, onde se lê: «Taquímetroa», deve ler-se: «Taquímetros».

Na 2.ª coluna da p. 682, linha 9, onde se lê: «para guardas-marinhas maquinistas», deve ler-se: «para segundos tenentes e guardas-marinhas maquinistas»; na linha 25, onde se lê: «caracteres», deve ler-se: «*cutters*», e na linha 57, onde se lê: «ao passo das hélices», deve ler-se: «do passo das hélices».

Na 2.ª coluna da p. 683, na linha 38, onde se lê: «para segundos sargentos torpedeiros electricistas», deve ler-se: «para primeiros e segundos sargentos torpedeiros electricistas».

Na 1.ª coluna, a p. 684, na linha 9, onde se lê: «Taquímetroa», deve ler-se: «Taquímetros»; nas linhas 15, 44 e 24 da 2.ª coluna, da mesma página, onde se lê: «Exercícios», deve ler-se: «Exercícios. Além de exercícios parciais repetidos».

Na última linha da 2.ª coluna, a p. 684, onde se lê: «telegrafista naval de 2.ª classe», deve ler-se: «telegrafista naval de 1.ª ou 2.ª classe».

No primeiro mapa da p. 690, onde se lê: «mapa do estado do material do submersível», deve ler-se: «mapa do estado do pessoal do submersível».

No mapa da p. 693, onde se lê: «tirocínios efectuados segundo a lei n.º 125 de 11 de Março de 1914», deve ler-se: «tirocínios efectuados segundo a portaria n.º 710 de 11 de Julho de 1916».

Majoria General da Armada, 13 de Julho de 1916. — O Chefe do Estado Maior, *Alberto António da Silveira Moreno*, capitão de mar e guerra.